



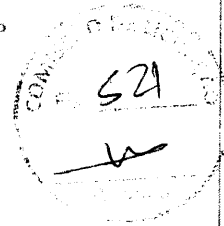
Fls. nº 113
Processo nº 73717/2021 - SEGEP
Rubrica
ID

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES - SEGEP
SECRETARIA ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Parecer Jurídico nº 06.172/2021 – SAJUR/SEGEP

Processo nº. 73717/2021 - SEGEP

Interessado: Secretaria Adjunta de Registro de Preços - SARP.



EMENTA: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de material gráfico. Licitação. Pregão Eletrônico. Lei nº 10.520/2002. Lei nº 8.666/1993. Decreto Federal nº 10.024/2019. Análise da Minuta do Edital e de seus anexos e do contrato. Aprovação.

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo desencadeado pela Comunicação Interna nº 025/2021-UGEC/SARP-SEGEP, cuja finalidade é a realização de licitação que tem como objeto o Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de material gráfico, para atender a demanda da Administração Pública de acordo com o Decreto Estadual n.º 36.184/2020.

À fl. 30 houve autorização do Secretário Adjunto de Registro de Preços desta Secretaria para abertura do procedimento licitatório.

As fls. 30/43 consta o Termo de Referência e seus anexos elaborado pela Secretaria Adjunta de Registro de Preços, com adequações feitas de acordo com o Novo Decreto de Registro de Preços nº 36.184/2020.

Em seguida, o setor competente solicitou pesquisa de mercado à Unidade Gestora de Especificações e Banco de Preços, tendo sido juntada pesquisas às fls. 46/59 e foi procedida a juntada do Mapa Comparativo de Média de Preço (fls. 60/66).

Às fls. 67/68 consta Despacho da Unidade Gestora de Especificação e Banco de Preços da SARP justificando os métodos utilizados na pesquisa mercadológica.

Nesse sentido, fora emitido despacho pela Unidade Gestora de Licitação (fl. 111), no sentido de que a instrução processual atende aos requisitos estabelecidos pela legislação, bem como informando que procedeu a juntada da minuta do edital, com termo de referência e anexos, e minuta contratual.

Às fls. 69/110 consta Minuta de Edital, seguido do Termo de Referência, bem como Minuta da Ata de Registro de Preços nº 000/2021-SEGEP e seus anexos.

Posteriormente, por força do art. 38, VI, parágrafo único da Lei de Licitações e Contratos, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer.



Fls. nº 114
Processo nº 73717/2021 - SEGEP
Rubrica
ID

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES - SEGEP
SECRETARIA ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

É o relatório. Em seguida, exara-se o opinativo.

ANÁLISE DA DEMANDA

Preliminarmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a este órgão apenas prestar consultoria estritamente jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993, não lhe competindo adentrar a conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

1. Da Escolha da Modalidade

As compras e contratações a serem realizadas pela Administração Pública devem ser revestidas de cuidados e adotar procedimentos simplificados, a fim de atender o devido destino dos recursos financeiros, bem como a devida aplicação. Partindo dessa premissa, a questão da escolha da modalidade de Licitação é o primeiro passo; assim norteia a jurisprudência do TCU:

Identifica-se a necessidade, motiva-se a contratação, para então, partir-se para verificação da melhor forma de sua prestação. Ou seja, a decisão pela contratação direta, por inexigibilidade ou dispensa, é posterior a toda uma etapa preparatória que deve ser a mesma para qualquer caso. A impossibilidade ou a identificação da possibilidade da contratação direta como a melhor opção para a administração, só surge após a etapa inicial de estudos. Como a regra geral é a licitação, a sua dispensa ou inexigibilidade configuram exceções. Como tal, portanto, não podem ser adotadas antes das pesquisas e estudos que permitam chegar a essa conclusão.¹

Mais especificamente, complementa-se:

A modalidade de licitação não é definida aleatoriamente, ela será feita com base no art. 22, da Lei nº 8.666/93. Com relação à modalidade de licitação, sabe-se que o principal critério para definir se o administrador utilizará o convite, a tomada de preços ou a concorrência é o valor estimado do objeto a ser licitado.²

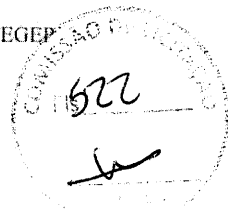
Segundo Jacoby³, existem dois critérios para definição da modalidade de licitação, o quantitativo e o qualitativo, sendo que o primeiro leva em consideração o preço estimado do futuro contrato e, o segundo, o objeto a ser contratado.

No caso em análise, pretende-se a contratação de empresa para aquisição de medalhas e troféus, para suprir as demandas dos Jogos Escolares Maranhenses.

¹ TCU. Acórdão nº 994/2006, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar.

² TCU. Acórdão nº 103/2004.

³ FERNANDES, J. U. Jacoby. *Contratação Direta sem Licitação*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 130.





Fls. nº 115
Processo nº 73717/2021 - SEGEP
Rubrica [assinatura]
ID _____

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES - SEGEP
SECRETARIA ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Entretanto, por conseguinte, a Administração optou pelo procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, no tipo menor preço por item, sendo que este pode ser conceituado como:

523
[assinatura]

O procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública, garantindo a isonomia, seleciona fornecedor ou prestador de serviço, visando à execução de objeto comum no mercado, permitindo aos licitantes, em sessão pública presencial ou virtual, reduzir o valor da proposta por meio de lances verbais e sucessivos.⁴

Lei Federal nº 10.520/2002

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Decreto Federal nº 10.024/2019

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

§ 2º As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos termos do regulamento interno de que trata o, poderão adotar, no que couber, as disposições deste Decreto, inclusive o disposto no Capítulo XVII, observados os limites de que trata o art. 29 da referida Lei.

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse. - grifei

Do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 transcrito acima, podemos retirar que a modalidade Pregão Eletrônico tornou-se obrigatória para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, o que se adequa ao caso, sendo a modalidade adequada.

Destarte, atestada a natureza comum dos serviços pretendidos, como se verifica no Termo de Referência, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão eletrônico.

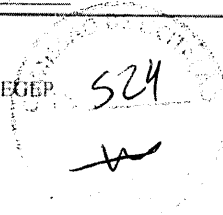
⁴ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e pregão presencial e eletrônico. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006. p. 455.

[assinatura]



Fls. nº 116
Processo nº 73717/2021 - SEGEP
Rubrica [assinatura]
ID [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES - SEGEP
SECRETARIA ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



2. Do Sistema de Registro de Preços (SRP):

Inicialmente, cumpre gizar que o Sistema de Registro de Preços – SRP – é um instrumento jurídico aplicado na Administração Pública em favor da atividade licitatória que seleciona a proposta mais vantajosa, por meio do pregão ou da concorrência, e que a registra em Ata para a celebração de futuros e eventuais contratos, dentro de um prazo de validade não superior a um ano.

O inciso II art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993 estabelece que as compras, sempre que possível, “ser processadas através de sistema de registro de preços”. Por sua vez, o Decreto Federal nº 7.892/2013 conceitua o Sistema de Registro de Preços como “conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras”.

Cumpre ressaltar que os processos licitatórios, realizados na modalidade Pregão, para formação do Sistema de Registro de Preços, com o fito de adquirir bens e contratar serviços comuns, reger-se-ão pelas normas da Lei Federal nº. 10.520/2002 que institui o pregão e do Decreto Estadual nº 31.553/2016, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado do Maranhão.

Quanto à elaboração do Edital para registro de preços, este deverá observar o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e no Decreto Estadual nº. 31.553/2016, e contemplará, no mínimo: a especificação ou descrição do objeto; estimativa de quantidades a serem adquiridas; condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento; prazo de validade do registro de preço; órgãos e entidades participantes do registro de preço; modelos de planilhas de custo e minutas de contratos; penalidades por descumprimento das condições; minuta da ata de registro de preços com o anexo.

3. Da Análise das Minutas

O art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93 traz em seu bojo normas e condições que devem vigorar no Edital quando da sua elaboração, no qual se fará a comparação entre os requisitos contidos nos incisos mencionados e a Minuta do Edital apresentada. Senão vejamos:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - preâmbulo contendo o nome da repartição interessada e de seu setor;
- II – modalidade; regime de execução e o tipo de licitação; a menção de que será regida pela Lei n.º 8.666/93; objeto da licitação de maneira clara e sucinta;
- III - Sanções para o caso de inadimplemento;
- IV – local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V – se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido; **[não se aplica ao caso]**;
- VI – condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93;



Fls. nº 117
Processo nº 73717/2021 - SEGEP
Rubrica [assinatura]
ID _____

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES - SEGEP
SECRETARIA ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

525

VII – critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX – condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais; **[não se aplica ao caso - exigido somente no caso de licitações internacionais];**

X – o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

XI – critério de reajuste que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

XII – (VETADO);

XIII – limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV – condições de pagamento prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso; **[não se aplica ao caso];**

XV – instruções e normas para os recursos previstos na lei;

XVI – condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII – outras indicações específicas ou peculiaridades da licitação;

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I – o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II – orçamento estimando em planilhas de quantitativos e preços unitários;

III – a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV – as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

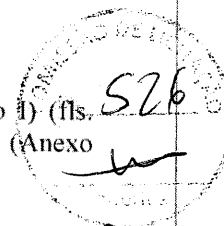
[assinatura]



Fls. nº 118
Processo nº 73717/2021 - SEGEP
Rubrica [assinatura]
ID [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES - SEGEP
SECRETARIA ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Constam, ainda, na Minuta do Edital: Termo de Referência e Anexos (Anexo I) (fls. 89/100); Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II) (fls. 101/103); Minuta do Contrato (Anexo III) (fls. 104/110).



Em relação à minuta do contrato (Anexo III), tem-se o art. 55 da Lei nº. 8.666/93, o qual estabelece as cláusulas necessárias em todos os contratos administrativos:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
 - II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
 - III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
 - IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
 - V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
 - VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
 - VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
 - VIII - os casos de rescisão;
 - IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
 - X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso [não se aplica ao caso];
 - XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
 - XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
 - XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- § 1º (VETADO)
- § 1º (Vetado).
- § 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.
- § 3º [...].

Pela análise da minuta do contrato juntada aos autos, verifica-se que esta se encontra de acordo com os padrões legais estabelecidos na legislação pátria, tendo, portanto, observado os requisitos acima enumerados.

CONCLUSÃO

Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores do Estado do Maranhão
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N, Ed. Clodomir Millet, 4º andar, Calhau, São Luís/MA. CEP: 65.074-220



Fls. n° 119
Processo n° 737/2021 - SEGEP
Rubrica [assinatura]
ID [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES - SEGEP
SECRETARIA ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Ante os fatos expostos e análise jurídica realizada, esta Secretaria Adjunta **aprova a minuta do edital e seus anexos, bem como a minuta do contrato**, uma vez que estão em consonância com os ditames da Lei de Licitações, registrando-se que as especificações técnicas e a estimativa de custo dizem respeito à análise de responsabilidade exclusiva dos setores competentes, desde que autorizado pela Autoridade Superior. Após, autorização, aprova-se para prosseguimento.

É o parecer. Sub Censura.

São Luís/MA, 23 de junho de 2021.

Gabriella Nesello Couto
Assessora Junior/SEGEP - OAB/MA n° 21.557
ID:00882261

De acordo. Encaminhem-se os autos à Secretaria Adjunta de Registro de Preços – SARP/SEGEP para conhecimento e demais providências, como publicação do DOE.

Cauê Avila Aragão
Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos
OAB/MA n° 12.139